EDITAL Nº 434/2026 - Faculdade de Ciências e Letras de Assis
PROCESSO nº 968/2026-FCL/CAs. – CONTAD nº 5590

Acham-se abertas, nos termos do Despacho nº 470-2026-RUNESP de 28/10/2026, publicado em 29/10/2026, e com base na Resolução UNESP nº 30/2025 e Portaria UNESP nº 118/2025, as inscrições do Concurso Público de Provas e Títulos para contratação de 1 **PROFESSOR SUBSTITUTO**, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área Educação, sub-área de conhecimento Ensino-Aprendizagem e no conjunto de disciplinas: **"Prática de Ensino em Biologia e Estágio Supervisionado" e "Prática de Ensino em Ciências e Estágio Supervisionado"**, junto ao Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Assis.
O contratado exercerá, exclusivamente, as atividades de docência em cursos de graduação nos períodos diurno e/ou noturno, dependendo das necessidades do Departamento.

1. REMUNERAÇÃO

1.1. O salário de Professor Substituto é de R$ 2.106,04, correspondente à referência MS-2, em 12 horas semanais, acrescido de benefícios regulamentados internamente.

1.2. Caso o candidato tenha título superior ao exigido, o salário será correspondente à titulação, na seguinte conformidade:

Salário	Referência	Titulação
R$ 2.945,73	MS-3.1	Doutorado
R$ 3.511,90	MS-5.1	Livre-Docente

1.3. Por se tratar de contratação em caráter emergencial e temporária, ainda que o candidato venha a obter titulação acadêmica superior após a assinatura do contrato, esta não será considerada para fins de aumento salarial.

1.4. Vale alimentação no valor de R$ 2.000,02, nos termos da Portaria Unesp nº 10/2022.

2. INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão recebidas via internet, acessando o Sistema de Inscrições, no endereço eletrônico https://inscricoes.unesp.br. O candidato deverá preencher o formulário eletrônico e realizar o pagamento da taxa de inscrição no valor de **R$ 209,00**, preferencialmente através de PIX com QR code gerado pelo sistema, ou ainda por meio de transferência, depósito bancário, ou pix com chave "agência e conta", na Conta Corrente da UNESP - Banco do Brasil: 001 - Agência: 6570-6 - Conta Corrente: 130.688-X - Razão Social: UNESP Campus de Assis - CNPJ: 48.031.918/0006-39, **no período das 0:00 do dia 23/11/2026 às 17:00 do dia 08/12/2026**, observado o horário de Brasília.

2.1.1. Antes do encerramento do prazo previsto para o recebimento das inscrições, o termo final poderá ser prorrogado, a critério da Administração, em continuidade ao prazo anteriormente fixado.

2.1.2. Eventuais equívocos cadastrais no formulário eletrônico somente poderão ser corrigidos durante o período de inscrições.

2.2. A inscrição somente será analisada se atendidos os termos do item 4.3.1 deste edital.

2.3. A inscrição só será validada mediante pagamento do valor total da respectiva inscrição no prazo final do período indicado no item 2.1.

2.4. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição deverá se inscrever nos 05 (cinco) primeiros dias do período de inscrição, satisfeitas as exigências do item 5.

2.5. Não haverá reserva de percentual de que trata a Lei Complementar nº 683/1992 em razão do número de vagas.

3. CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

3.1. Poderão inscrever-se graduados em curso superior em Ciências Biológicas, Letras, História, Pedagogia ou áreas afins que tenham, no mínimo, título de Mestre na área da disciplina que pretendem lecionar.

3.1.1. Os diplomas de graduação com validade nacional ou os obtidos no exterior serão aceitos para fins de inscrição;

3.1.1.1. Os diplomas de graduação obtidos no exterior deverão estar revalidados por Universidades Públicas, atendendo os termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996;

3.1.2. Os títulos de Mestre, de Doutor e de Livre-docente serão aceitos para inscrição obedecendo aos seguintes dispositivos:

3.1.2.1. os diplomas de Mestrado e de Doutorado serão aceitos, quando obtidos em cursos de pós-graduação recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

3.1.2.2. os diplomas de Mestrado e de Doutorado obtidos no exterior serão aceitos, desde que estejam reconhecidos e registrados por universidades que possuam cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

3.1.2.3. os títulos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) obtidos por instituições de ensino superior estrangeiras de curso na modalidade de Educação à distância (EAD) não são passíveis de equivalência.

3.1.2.4. o título de Livre-docente obtido fora da Unesp será aceito, devendo ser reconhecida sua equivalência aos títulos conferidos pela Unesp.

3.1.2.5. O atendimento aos itens 3.1.1 e 3.1.2 é condição para a continuidade do vínculo docente com a Unesp.

3.2. O candidato estrangeiro poderá inscrever-se no concurso público com passaporte, entretanto, por ocasião da contratação deverá comprovar, ser portador de visto permanente ou a cédula de identidade com visto temporário com prazo de validade compatível. Caso ainda não possua, deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, cópia simples do protocolo do pedido de visto temporário.

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO

4.1. Para a confirmação da inscrição, o candidato deverá preencher o formulário de inscrição, indicando nome completo, número da cédula de identidade, data de nascimento, filiação, naturalidade, estado civil, residência, profissão e endereço eletrônico, anexando, em formato "Portable document format" (PDF), frente e verso, os documentos abaixo:

4.1.1. Pelo menos um dos seguintes documentos de identificação com foto: Cédula de Identidade (RG), Carteira de Identidade Nacional (CIN), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Passaporte ou Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), Carteira de Órgão ou Conselho de Classe, Carteiras de Identidade expedidas pelas Forças Armadas, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

4.1.2. comprovante de graduação em curso superior, bem como de ser portador do título de Mestre ou Doutor ou portadores de certificado de especialização em nível de pós-graduação na área da disciplina que pretendem lecionar ou cópia da ata de defesa da tese, condicionada a apresentação do título homologado, na ocasião da contratação. (quando for o caso).

4.1.3. Nos casos de pagamento utilizando transferência, depósito bancário, ou pix com chave "agência e conta", o candidato deverá anexar o comprovante da operação bancária no Sistema de Inscrições, no endereço eletrônico https://inscricoes.unesp.br. Sendo o pagamento feito por meio de Pix com QR code gerado pelo sistema, não é necessário anexar comprovante.

4.1.4. Curriculum Lattes documentado das atividades realizadas, (inclusive com o histórico escolar - graduação e pós-graduação do candidato) no qual sejam indicados os trabalhos publicados e todas as demais informações que permitam a cabal avaliação do mérito do candidato.

4.1.4.1 Os documentos comprobatórios do Curriculum Lattes devem ser juntados em um único arquivo a ser inserido em campo específico no formulário de envio de documentação de inscrição contido no Sistema de Inscrições.

4.1.5. Os candidatos estrangeiros podem se cadastrar no site da Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

4.1.6. Documento comprobatório de fruição de licença maternidade, licença adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção durante o intervalo temporal considerado para pontuação na prova de títulos, para fins da dilação a que se refere o item 11.X.1 deste edital: certidão de nascimento da criança, atestado médico ou Termo Judicial de Guarda para fins de Adoção.

4.1.7. declarar no formulário de inscrição, se for o caso, que o candidato possui período de fruição de licença maternidade ou adoção no intervalo temporal estabelecido para contabilização de pontuação nos critérios da prova de títulos e de que deseja ampliar o respectivo intervalo nos termos do estabelecido em edital.

4.1.8. certidão, declaração, atestado ou outro documento público emitido pelo Judiciário que comprove a condição de jurado e de ter efetivamente exercido essa função entre a data da publicação da Lei nº 11.689/2008 e a data do término do período de inscrição, para fazer jus ao critério de desempate a que se refere o item 12.3.5.

4.2. No ato da contratação, a apresentação das vias originais da documentação mencionada neste edital poderá ser solicitada.

4.3. Todos os documentos serão enviados através do Sistema de Inscrições, no endereço eletrônico https://inscricoes.unesp.br, anexos ao pedido de inscrição do candidato, no formato PDF (Portable Document Format), com limite de 200MB por arquivo.

4.3.1. Para que o formulário de inscrição seja **submetido** e encaminhado para a fase de deferimento/indeferimento, o candidato deverá enviar a documentação por meio do clique no botão “Confirmar Envio da Documentação” nas páginas destinadas à inserção da documentação complementar no Sistema de Inscrições.

4.3.2. O trâmite a que se refere o item **4.3.1** é de responsabilidade do candidato e requisito obrigatório para continuidade no certame.

5. REDUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO – LEI nº 12.782/2007

5.1. A redução do valor da taxa de inscrição, correspondente a 50% (cinquenta por cento), será concedida aos candidatos interessados que atendam, CUMULATIVAMENTE, os seguintes requisitos:

5.1.1. sejam estudantes, assim considerados os que se encontrem regularmente matriculados em curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação.

5.1.2. percebam remuneração, mensal, inferior a 02 (dois) salários-mínimos, ou estejam desempregados.

5.2. A concessão da redução ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, no ato da inscrição:

5.2.1. quanto à comprovação da condição de estudante, de um dos seguintes documentos:

5.2.1.1. certidão ou declaração, expedida por instituição de ensino pública ou privada;

5.2.1.2. carteira de identidade estudantil ou documento similar, expedido por instituição de ensino pública ou privada, ou por entidade de representação discente, com validade vigente;

5.2.2. quanto às circunstâncias previstas no item 5.1.2, deste Edital, do comprovante de renda ou de declaração, por escrito, da condição de desempregado.

5.3. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição, deverá acessar nos **05 (cinco)** primeiros dias do período de inscrição, de 0h do dia 23/11/2026 às 23h59 do dia 27/11/2026, observado o horário de Brasília, no endereço eletrônico https://inscricoes.unesp.br (no campo "Outros", do formulário de inscrição), ler e aceitar o requerimento.

5.3.1. O candidato deverá atestar a veracidade das informações documentais no requerimento de redução de taxa, sem prejuízo de eventual apresentação dos originais caso a Unesp entenda necessário. Em caso de declaração falsa, haverá sanções administrativas, civis e penais.

5.4. Somente serão aceitos os documentos dos quais constem todos os dados necessários à sua perfeita análise.

5.5. O deferimento ou indeferimento das solicitações de redução de taxa de inscrição será disponibilizado no local das inscrições no dia 01/12/2026, a partir das 9 horas e, no caso de indeferimento, o prazo para interposição de recurso será de 03 (três) dias contando a data de divulgação.

6. DA CANDIDATA LACTANTE

6.1 No momento da inscrição, deverá ser informada, pela candidata lactante de filho de até 6 (seis) meses de idade, a necessidade de amamentação durante a realização da prova escrita.

6.1.1. A data de nascimento da criança deverá ser informada no momento de realização da inscrição.

6.2. Antes do horário de início da prova escrita, informar o horário previsto de saída da prova para amamentação.

6.3. Caberá à candidata lactante designar um acompanhante, maior de idade, para ser responsável pela criança, o qual será conduzido, antes do horário de início da prova escrita, para aguardar em uma sala reservada para tal fim.

6.4. O acompanhante estará submetido a todas as normas constantes deste Edital, inclusive à apresentação de documento oficial de identificação e à proibição de utilização de equipamentos eletrônicos.

6.5. É proibida a permanência da candidata com a criança no local de realização da prova escrita.

6.6. A Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Assis não disponibilizará acompanhante para a guarda da criança.

6.7. No momento da amamentação:

6.7.1. a candidata será conduzida para um lugar reservado para tal finalidade, devendo ser acompanhada por um fiscal;

6.7.2. o material de prova deverá permanecer no local de realização da avaliação;

6.7.3. é vedada a presença do acompanhante da criança.

6.8 É vedada a comunicação entre a candidata e o acompanhante no decorrer do período de aplicação da prova escrita.

6.9 O período de amamentação será contabilizado para fins de compensação do tempo de duração da prova da candidata.

6.10 Excetuada a situação prevista nesta seção "Da Candidata Lactante", não será permitida a permanência de criança ou de adulto de qualquer idade nas dependências do local de realização da prova, sob pena de eliminação da candidata do certame.

7. CONDIÇÃO ESPECIAL/PESSOA COM DEFICIÊNCIA

7.1. O candidato que se identifica como pessoa com deficiência deverá, no ato de inscrição, fazer essa declaração e apresentar laudo médico legível atestando a espécie, o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a causa da deficiência. O laudo deve ser anexado ao pedido de condição especial do candidato, no formato PDF, com limite de 200 MB por arquivo.

7.2. No ato da inscrição, o candidato deverá especificar no formulário eletrônico disponível no endereço: https://inscricoes.unesp.br, campo informações complementares, os recursos necessários para assegurar a adaptação da sua prova, bem como dilação do tempo da prova escrita.

7.3. O candidato que, dentro do período de inscrições, deixar de atender ao estabelecido no item 7.2. não será considerado pessoa com deficiência e não poderá interpor recurso em favor de sua situação, bem como não terá sua prova especial preparada ou as condições especiais providenciadas, seja qual for o motivo alegado.

7.4. O atendimento às condições especiais pleiteadas ficará sujeito à análise de razoabilidade e viabilidade do solicitado e publicado, no Sistema de Inscrições, previamente à realização da prova.

8. DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES

8.1. Findo o prazo previsto no item **2.1**, a Comissão Examinadora, em 2 (dois) dias úteis depois de publicado no Diário Oficial do Estado-DOE e divulgado no endereço eletrônico https://inscricoes.unesp.br/ o ato formal de sua constituição, decidirá acerca das inscrições efetuadas, divulgando o ato decisório no endereço eletrônico indicado no edital, com esclarecimentos acerca dos recursos regimentais cabíveis para a hipótese de indeferimento.

8.1.1. As inscrições que não se enquadrarem nas exigências estabelecidas no edital de abertura de inscrição serão indeferidas e publicadas no DOE, juntamente com as deferidas e não submetidas.

8.1.2. O candidato poderá requerer através do endereço eletrônico https://inscricoes.unesp.br, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após a data da publicação a que se refere o item **8.1**, reconsideração quanto ao indeferimento de sua inscrição, que será apreciada pela Congregação da Unidade Universitária, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do prazo final de recurso.

8.1.3. Após transcorridos os prazos recursais, será divulgada a lista definitiva dos inscritos.

9. COMISSÃO EXAMINADORA

9.1. As provas serão avaliadas por Comissão Examinadora especialmente criada para o certame nos termos da Portaria Unesp 118/2025.

9.2. A composição da Comissão Examinadora será divulgada no endereço eletrônico da universidade, paralelamente ao hiperlink de acesso ao edital do concurso, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da realização da primeira prova.

9.3. Os membros da Comissão Examinadora não deverão ter conflitos de interesse, de acordo com a Portaria Unesp nº 63/2023.

9.4. No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da lista definitiva dos inscritos (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.

9.5. Terá legitimidade para apresentar a impugnação:

9.5.1. qualquer candidato com inscrição deferida;

9.5.2. membro da Congregação da Unidade Universitária;

9.5.3. membro da própria Comissão.

9.6. A impugnação será julgada pelo Diretor da Unidade, no prazo de até 2 (dois) dias, em decisão fundamentada.

9.7. Se acolhida a impugnação, competirá ao Diretor da Unidade, de imediato, substituir o membro da Comissão Examinadora, respeitadas as mesmas exigências da formação original e renovada a possibilidade de impugnação a partir da publicação do ato.

9.8. Ainda que não haja impugnação formal, o Diretor da Unidade poderá determinar *ex officio*, de forma fundamentada, a substituição de membro da Comissão caso tenha conhecimento de causa de impedimento não declarada (verdade sabida). Com a nova publicação, observar-se-á o disposto nos itens anteriores desta cláusula.

9.9. Será considerada definitiva a Comissão Examinadora:

9.9.1. quando não tenha sido apresentada qualquer impugnação, com ou sem substituição *ex officio*;

9.9.2. se a impugnação apresentada não for acolhida;

9.9.3. se acolhida a impugnação, for definitivamente superada a falha.

9.10. A impugnação da Comissão Examinadora deverá ser realizada através do sistema de inscrições, no endereço eletrônico https://inscricoes.unesp.br dentro do prazo previsto no item 9.4.

10. PROVAS, REALIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E JULGAMENTO

10.1. O concurso de provas e títulos constará de três fases:

10.1.1. prova escrita, de caráter classificatório.

10.1.1.1. Após o sorteio de um dos pontos constantes no edital do concurso para a prova escrita, o candidato terá 60 (sessenta) minutos para a realização de consulta e 180 (cento e oitenta) minutos para discorrer sobre o ponto sorteado.

10.1.1.2. Durante a consulta o candidato poderá utilizar anotações, roteiros, livros, ou outro material de apoio, sendo vedado o uso de dispositivos conectados à internet.

10.1.1.3. É vedada a identificação dos candidatos nas provas escritas, devendo ser assegurado o sigilo mediante utilização, nas folhas de prova, de número de identificação que será revelado aos integrantes da comissão examinadora somente após a divulgação das respectivas notas.

10.1.1.4. Durante a realização da prova escrita, o candidato somente poderá utilizar como material de apoio as anotações realizadas por ele durante o período de consulta, as quais deverão estar transcritas, obrigatoriamente, em folhas fornecidas e rubricadas pelo presidente da Comissão Examinadora e entregues junto com a folha de prova.

10.1.2. prova didática, de caráter classificatório;

10.1.3. análise de Curriculum Lattes documentado, de caráter classificatório.

10.1.4. Na avaliação do candidato será adotado o critério de notas de 0 (zero) a 10 (dez) em todas as provas, contando-se até a segunda casa decimal sem arredondamento.

10.2. As provas só terão início depois de publicadas as decisões de recursos eventualmente interpostos contra o indeferimento das inscrições.

10.2.1. Data, horário e local para a realização das provas deverão ser acompanhados pelo candidato por meio do Edital de Convocação a ser publicado no DOE e divulgado no endereço eletrônico https://inscricoes.unesp.br com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência à data de realização da prova.

10.2.2. No dia da realização da prova, o candidato deverá:

a) Apresentar a via original de um dos documentos de identificação especificados no item 4.1.1 deste edital, podendo ser aceito de forma digital a CIN e a CNH, desde que o candidato apresente o documento DIRETAMENTE do aplicativo.

10.3. Os critérios e respectivas pontuações de avaliação das provas, julgamento, classificação e desempate serão definidos pelo Conselho do Departamento da Unidade Universitária, valendo-se de legislação específica, elaborada pela unidade e aprovada em Congregação, observadas as seguintes particularidades:

10.3.1. Nas duas primeiras fases do concurso, a avaliação de cada candidato constituirá ato privativo do integrante da Comissão, o qual deverá apresentar as suas notas de forma reservada à Presidência do órgão.

10.3.2. A abertura dos documentos de atribuição de notas será feita em reunião da Comissão e na presença de todos os seus membros titulares, depois de examinados todos os candidatos e esgotadas todas as fases.

10.3.3. A análise referida na terceira fase do concurso poderá ser feita de forma consensual pelos membros da Comissão, antes da abertura das demais notas atribuídas às provas das fases precedentes, observados os critérios objetivos de pontuação previstos em legislação específica da Unidade e previamente divulgados no edital do concurso.

10.3.4. Apuradas todas as notas, serão divulgadas as médias finais, na ordem de classificação.

10.3.4.1 Quando da publicação do resultado final no DOE os candidatos terão acesso, via Sistema de Inscrições, no endereço eletrônico https://inscricoes.unesp.br, às planilhas de composição das notas de todos os candidatos.

11. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

11.1. Prova Escrita: Peso 1

Após o sorteio de um dos pontos constantes no edital do concurso para a prova escrita, o candidato terá 60 (sessenta) minutos para a realização de consulta e 180 (cento e oitenta) minutos para discorrer sobre o ponto sorteado.

Durante a consulta o candidato poderá utilizar anotações, roteiros, livros, ou outro material de apoio, sendo vedado o uso de dispositivos conectados à internet.

É vedada a identificação dos candidatos nas provas escritas, devendo ser assegurado o sigilo mediante utilização, nas folhas de prova, de número de identificação que será revelado aos integrantes da comissão examinadora somente após a divulgação das respectivas notas.

Durante a realização da prova escrita, o candidato somente poderá utilizar como material de apoio as anotações realizadas por ele durante o período de consulta, as quais deverão estar

transcritas, obrigatoriamente, em folhas fornecidas e rubricadas pelo presidente da Comissão Examinadora e entregues junto com a folha de prova.

Para a realização da prova escrita, o candidato deverá utilizar, obrigatoriamente, caneta esferográfica de tinta azul.

Os critérios de avaliação da prova escrita serão os seguintes:

CONTEÚDO: 7 PONTOS
- Apresentação, problematização e desenvolvimento (até 2,0 pontos)
- Articulação do conteúdo com o tema da prova escrita (até 2,0 pontos)
- Atualidade e pertinência teórica das proposições (até 2,0 pontos)
- Síntese (até 1,0 ponto)

CONSTRUÇÃO DO TEXTO: 3 PONTOS
- Consistência argumentativa (questionamentos, exemplificações, dados, informações etc.) (até 1,0 ponto)
- Clareza e objetividade (até 1,0 ponto)
- Uso da linguagem com correção, coesão e coerência (até 1,0 ponto)

Prova de Títulos: Peso 1

TÍTULOS ACADÊMICOS: até 3,0 pontos
1. Graduação (até 1,0 ponto)
- na área de Ciências Biológicas, Letras, História ou Pedagogia 1,00
- áreas fins.....0,50
2. Mestrado (até 1,0 ponto)
- na área de Educação ……..…..1,00
- áreas afins 0,50
3. Doutorado (até 1,0 ponto)
a) Concluído
- na área de Educação…….....1,00
- áreas afins 0,50
b) Em andamento
- na área de Educação…….....0,50
- áreas afins 0,30

PRODUÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E ATIVIDADES DE EXTENSÃO: ÚLTIMOS DEZ ANOS (até 5,0 pontos)
1. Artigos (até 1,50 ponto)
Qualis 2021-2024
- Na área de Educação, Ensino ou áreas afins
- A1.....0,50
- A2 0,40
- A3 0,35
- A4 0,30
- B1 0,25
- B2 0,20
2. Livros (até 1,50 ponto)
Livro autoral
- Na área de Educação ou Ensino..... 1,50

- Áreas afins..... 0,75
Capítulo
- Na área de Educação ou Ensino.....0,50
- Áreas afins …….....0,25
3. Produção Técnica: organização de livros e/ou tradução de livros, capítulos e artigos (até 1,0 ponto)
- Na área de Educação ou Ensino..... 1,00
- Áreas afins..... 0,50
4. Participação em Eventos Científicos e Atividades de Extensão e/ou Ensino (até 1,0 ponto)
- Participação em Evento com apresentação de trabalho.....0,10
- Participação em curso ou projeto de extensão/projetos de ensino..... 0,50

ATIVIDADE DIDÁTICA E DE PESQUISA: Até 2,0 pontos
1. No magistério na Educação Básica (até 0,50 ponto)
Ensino Público (até 0,30 ponto)
- De 6 meses a 1 ano de experiência 0,15
- De 1 a 3 anos de experiência 0,20
- Acima de 3 anos de experiência.....0,30
Ensino Privado (até 0,20 ponto)
- De 6 meses a 1 ano de experiência 0,10
- De 1 a 3 anos de experiência 0,15
- Acima de 3 anos de experiência.....0,20
2. No magistério Superior (até 1,0 ponto)
Graduação (até 0,50 ponto)
- De 6 meses a 1 ano de experiência 0,25
- Acima de 1 ano 0,50
- Estágio docência/PAADES.....0,25
Pós-Graduação (até 0,50 ponto)
- Lato sensu 0,25
- Stricto sensu 0,25
3. Atividades de Pesquisa (até 0,50 ponto)
- Com bolsa..... 0,30
- Sem bolsa..... 0,20

11.3. Prova Didática: Peso 2

- A prova didática constará de aula teórica em nível de graduação, com duração de no mínimo 40 minutos e no máximo 60 minutos. Não sendo cumpridos os limites de tempo (40 a 60 minutos), será atribuída nota 0 ao candidato.

- Para a Prova Didática, será sorteado um ponto, de uma lista organizada pela Comissão Examinadora a partir do programa do concurso, excluindo-se aquele que foi objeto da Prova Escrita. O mesmo ponto será desenvolvido por todos os candidatos.

- A ordem de apresentação da aula seguirá a ordem de inscrição dos candidatos no referido concurso.

- O candidato deverá entregar para a Comissão Examinadora o plano de aula no início da prova.

Os critérios de avaliação da prova didática serão os seguintes:

1. PLANO DE AULA: 1,0 PONTO
- Adequação dos objetivos ao tema (até 0,25 ponto)
- Dados essenciais do conteúdo (até 0,25 ponto)
- Indicação das referências bibliográficas atualizadas e padronizadas (até 0,25 ponto)
- Uso da linguagem com correção, coesão e coerência (até 0,25 ponto)

2. DESENVOLVIMENTO DA AULA:
2.1. CONTEÚDO 6,0 PONTOS
- Apresentação, problematização e desenvolvimento (até 1,50 ponto)
- Articulação do conteúdo com o tema da prova didática (até 2,00 pontos)
- Atualidade e pertinência teórica (até 1,50 ponto)
- Síntese analítica (até 1,0 ponto)
2.2. EXPOSIÇÃO DIDÁTICA 3,0 PONTOS
- Consistência argumentativa (até 1,0 ponto)
- Clareza, objetividade e comunicabilidade (até 1,0 ponto)
- Uso da linguagem com correção, coesão e coerência (até 1,00 ponto)

A média final do candidato será gerada a partir do seguinte cálculo: Média Final = [Média da Prova Escrita + (Média da Prova Didática x 2) + Média da Prova de Títulos] / 4.

11.4. Somente serão consideradas para fins de pontuação no critério "PRODUÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E ATIVIDADES DE EXTENSÃO" da Prova de Títulos as atividades realizadas em um período de 10 (dez) anos a contar da data de início das inscrições.

11.4.1. O período de que trata o item 11.4. poderá ser ampliado por, no máximo, 180 dias para cada período de fruição de licença maternidade ou adoção a que o candidato fez jus no intervalo de tempo considerado para pontuação.

11.4.1.1. Havendo período de fruição de licença maternidade ou adoção inferior à 180 dias, a ampliação será equivalente ao tempo de sua duração.

11.4.1.2. Nos casos de prorrogação de licença maternidade por internação hospitalar da mãe ou do recém-nascido, por complicações relacionadas ao parto, o acréscimo de 180 dias poderá ser ampliado por período equivalente à prorrogação.

12. HABILITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

12.1. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem média igual ou superior a 07 (sete), atribuídas por, pelo menos, 02 (dois) membros da comissão examinadora.

12.2. A ordem de classificação dos candidatos aprovados será estabelecida em função da maior média final obtida.

12.3. Em caso de igualdade da pontuação final, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

12.3.1. com idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada;

12.3.2. maior média na Prova Didática;

12.3.3. maior pontuação na Prova de Títulos;

12.3.4. mais idoso entre aqueles com idade inferior a 60 anos.

12.3.5. atuação como jurado nos termos da Lei Federal nº 11.689/2008.

13. DOS RECURSOS

13.1. Caberá recurso, devidamente fundamentado, à Congregação nas seguintes hipóteses:

13.1.1. contra a decisão de indeferimento da inscrição, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a divulgação da lista de inscritos, no DOE;

13.1.2. do resultado final do concurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data de sua divulgação no DOE.

13.2. O candidato poderá interpor recurso, devidamente fundamentado, no endereço eletrônico https://inscricoes.unesp.br.

14. CONTRATAÇÃO

14.1. A contratação somente se efetivará após a homologação, esgotado o prazo para recurso ou julgados definitivamente os recursos interpostos.

14.2. Os candidatos aprovados dentro do número de vagas previstas no edital têm direito líquido e certo à contratação, no prazo de validade do concurso e na forma especificada no edital.

14.3. O contrato de trabalho terá duração máxima de 10 (dez) meses, improrrogáveis, relativo ao ano letivo de 2027.

14.3.1. O contrato poderá ser rescindido na hipótese de perda de objeto ou cessado o motivo que lhe autorizou, sem prejuízo de aplicação de cláusula assecuratória.

14.4. Para candidatos do sexo masculino, brasileiros, com idade entre 19 e 45 anos, apresentar comprovante de quitação com as obrigações do serviço militar, conforme o disposto no artigo 210 do Decreto Federal nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966.

14.5. comprovante de estar quite com a Justiça Eleitoral;

14.6. O candidato estrangeiro fica dispensado das exigências contidas nos subitens 14.4 e 14.5.

14.7. Em caso de diploma de graduação obtido no exterior, o candidato deverá apresentar o comprovante de revalidação ou o respectivo protocolo de solicitação até a data da contratação.

14.8. Em caso de títulos obtidos fora da Unesp que exijam equivalência, o candidato deverá apresentar a sua comprovação ou o respectivo protocolo de solicitação até a data da contratação.

14.8.1. Sendo apresentado protocolo com data superior a 30 dias, o candidato deverá anexar documento comprobatório referente ao andamento do processo de equivalência atualizado.

14.8.2. Após 3 (três) meses da contratação, a fim de dar continuidade a seu vínculo docente, caso ainda não tenha sido comprovada a equivalência, deverá ser apresentado, novamente, o andamento do processo com a respectiva comprovação.

14.9. Não registrar antecedentes criminais.

14.10. O candidato deverá observar, o prazo de interstício mínimo entre o término da vigência de um contrato em qualquer Unidade da Unesp e o início de outro, previsto na Lei Complementar nº 1093/2009 e suas alterações.

14.11. O candidato não deverá ocupar cargos, empregos ou funções públicas ou receber proventos de aposentadoria, ressalvados os cargos acumuláveis previstos no art. 37, inciso XVI da Constituição Federal e Decreto Estadual nº 41.915/97.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. O resultado final do concurso público será publicado no DOE.

15.2. A Congregação terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder o recurso impetrado, a contar do prazo final para recurso.

15.3. O resultado do concurso será homologado pela Congregação da Unidade Universitária e publicado no DOE.

15.4. Será eliminado do concurso público o candidato que não comparecer na sala ou local de sorteio/prova no horário estabelecido ou não portar documento original oficial com foto.

15.5. O prazo de validade do concurso será de 10 (dez) meses, contados a partir da data de publicação de sua homologação no DOE.

15.5.1. Durante a validade do concurso, mediante prévia e expressa autorização das áreas competentes, poderão ser convocados os candidatos remanescentes nas seguintes hipóteses:

15.5.1.1. Rescisão antes do término do contrato e permanência dos motivos que ensejaram a contratação inicial;

15.5.1.2. Superveniência de situações autorizadoras da contratação previstas na Portaria Unesp 118/2025.

15.6. Não haverá devolução de importância paga, ainda que maior ou em duplicidade, nem isenção total de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado, exceto nos casos em que o concurso público não se realizar.

15.7. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações no DOE e no endereço eletrônico https://inscricoes.unesp.br, referente ao presente concurso.

15.8. Os questionamentos relativos a casos omissos ou duvidosos serão julgados pela comissão examinadora.

15.9. A inscrição implicará no conhecimento deste Edital e no compromisso de aceitação das condições do concurso, aqui estabelecidas.

15.10. Implicará na rescisão por justa causa do candidato:

15.10.1. o não atendimento dos itens 3.1.1., 3.1.2. e 14.8.2;

15.10.2. a não apresentação da cédula de identidade com visto permanente, no caso de candidato estrangeiro.

15.11. O candidato será responsável por qualquer erro, omissão e pelas informações prestadas no ato da inscrição.

15.12. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou, ainda, que não satisfaça a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada, e em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado e que o seja constatado posteriormente.

15.13. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada à providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no DOE.

PROGRAMA

1. O ensino, a aprendizagem e a formação da identidade docente da Educação Básica;
2. As implicações da pesquisa educacional para a área do Ensino das Ciências da Natureza;
3. A relação dos documentos oficiais com os livros didáticos: tendências teórico-metodológicas;
4. Texto e ensino: práticas de leitura e de produção textual na Educação Básica;
5. Planejamento e produção de materiais didáticos para o ensino na Educação Básica;
6. Perspectivas para o Estágio Supervisionado na formação do professor da Educação Básica;

7. Tendências teóricas e metodológicas para o ensino no Estado de São Paulo;

8. Formação do leitor: perspectivas de formação para o ensino de Ciências da Natureza na Educação Básica;

9. A supervisão e a orientação dos estágios de docência na formação de professores de Ciências da Natureza para a Educação Básica;

10. Concepções de Currículo, Propostas e Orientações Curriculares para o Ensino das Ciências da Natureza na Educação Básica (Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio).

BIBLIOGRAFIA

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Alternativas no ensino de didática. 4. ed. Campinas: Papirus, 2002. 143 p. –

ANDRÉ, M. O repensar da didática a partir do estudo da dominação e resistência no cotidiano escolar. Revista da Faculdade de Educação, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 35-41, jan./jun., 1988.

AQUINO, J. G. Da (contra)normatividade do cotidiano escolar: problematizando discursos sobre a indisciplina discente. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 143, p. 456-84, 2011.

BARBOSA, R. L. L.; BOLDARINE, R. F.; ANNIBAL, S. F. Tendências da produção de conhecimento em avaliação das aprendizagens no Brasil (2010-2014). Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 28, n. 67, jan./abr., 2017.

BARBOSA, R. L. L.; NICACIO, R. T.; ANNIBAL, S. F. Compreensões acerca de práticas avaliativas na formação de professores. Acta Scientiarum Education, Maringá, v. 39, n. 2, p. 215-224, abr./jun., 2017.

BARBOSA, R. L. L.; NASCIMENTO, M. C. M.; OLIVEIRA, A. M. B. Formação docente: contribuições da diversificação dos instrumentos avaliativos. Revista Comunicações, Piracicaba, v. 24, n. 1, p. 149-69, 2017.

BARBOSA, R. L. L. (org.). Trajetórias e perspectivas da formação de educadores. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004.

BARBOSA, R. L. L. (org). Formação de educadores: desafios e perspectivas. São Paulo: Ed. da Unesp 2013.

BARRETO, R. G. Tecnologias na educação brasileira: de contexto em contexto. Revista Educação e Cultura Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 16, n. 43, p. 218-34, 2019.

BARRETO, R. G. Discursos sobre a inclusão digital. Educação, Porto Alegre, v. 38, p. 319-27, 2016.

BIZZO, N. Ciências: fácil ou difícil? São Paulo: Ática, 2006. (Série: Palavra do Professor).

BOARINI, M. L. Indisciplina escolar: uma construção coletiva. Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 17, n. 1, p.123-131, 2013.

BOTO, C. A Liturgia escolar na idade moderna. Campinas: Papirus, 2017.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998, 174p.

CANDAU, V. M.; KOFF, A. M. N. S. Conversas com... sobre a didática e a perspectiva multi/intercultural. Educação & Sociedade, São Paulo, v. 27, n. 95, p. 471-493, 2006.

CANDAU, V. M. F. A Didática em questão. Petrópolis: Vozes, 2017.

CANDAU, V. M. F. Rumo a uma nova didática. Petrópolis: Vozes, 2019.

CATANI, D. B.; VICENTINI, P. P. (org.). Formação e autoformação: saberes e práticas nas experiências dos professores. São Paulo: Escrituras, 2006.

CHAQUIME, L. P.; MILL, D. Dilemas da docência na educação a distância: um estudo sobre o desenvolvimento profissional na perspectiva dos tutores da Rede e-Tec Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 97, n. 245, p.117-130, abr., 2016.

CORDEIRO, J. A relação pedagógica. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. PROGRAD. Caderno de Formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. v. 9.

CORTES, T. P. B. B.; MARTINS, A. O.; SOUZA, C. H. M. Educação midiática, educomunicação e formação docente: parâmetros dos últimos 20 anos de pesquisas nas bases Scielo e Scopus. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 34, 2018.

D'ÁVILA, C.; MARIN, A. J.; FRANCO, M. A. S.; FERREIRA, L. G. (org.). Didática: saberes estruturantes e formação de professores. Salvador: EdUFBA, 2019.

DIDÁTICA magna. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DUARTE, R.; MILLIET, J.; MIGLIORA, R. Projetos e práticas de mídia educação nas escolas públicas municipais do Rio de Janeiro. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 45, 2019.

DURLI, Z. et al. Sistemas de autoavaliação de cursos de licenciatura na modalidade de Educação a Distância. Avaliação, Campinas, v. 23, n. 2, p. 350-371, out. 2018.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE, São Paulo, v. 21, n. 73, dez. 2000.

ESTRELA, M. T. Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula. 4. ed. Porto: Porto Ed., 2002.

FAZENDA, I. C. (org.). A Prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas: Papirus, 1991.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FREITAS, A. Z. S.; PRETTO, N. L. Tecnologias digitais e formação inicial de professores: práticas docentes no curso de licenciatura em ciências biológicas do Ifam. Educa: Revista Multidisciplinar em Educação, Porto Velho, v. 4, p. 66-82, 2017.

FERNANDES, D. Avaliar para aprender: fundamentos, práticas e políticas. São Paulo: Ed. da Unesp, 2009.

GATTI, B. A. O professor e a avaliação em sala de aula. Estudos em avaliação educacional, São Paulo, v. 27, p. 97-114, jan./jun., 2003.

GIOLO, J. A educação à distância e a formação de professores. Educação & Sociedade, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1211-1234, set. /dez. 2008.

GOERGEN, P. L. Competências docentes na educação do futuro: anotações sobre a formação de professores. Revista Nuances, Presidente Prudente, v. 6, n. 6, p.1-9, 2000.

GONÇALVES, A. V.; PINHEIRO, A. S.; FERRO, M. E. (orgs.). Estágio supervisionado e práticas educativas: diálogos interdisciplinares. Dourados: Ed. da UEMS, 2011.

HEINSFELD, B. D. S. S.; PENA, A. L. Design educacional e material didático impresso para educação a distância: um breve panorama. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 98, n.250, p. 783-804, dez., 2017.

HOFFMANN, J. Avaliação: mito & desafio: uma perspectiva construtivista. 41. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

HUNG, E. S.; COBOS, J. V.; SARTORI, A. S. Factores determinantes del aprovechamento de las TIC en docentes de educación básica en Brasil. Perfiles Educativos, Ciudad de México, v. 38, n. 151, p. 71-85, 2016.

HYPOLITO, A. M. Políticas curriculares, estado e regulação. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1337-1354, 2010.

KRASILCHIK, M. Prática de ensino de biologia. São Paulo: EDUSP, 2004.

KRASILCHIK, M. O professor e o currículo das ciências. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária, 1987.

KULLOK, M. G. B. (org.). Relação professor-aluno: contribuições à prática pedagógica. Maceió: Ed da Ufal, 2002.

LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. Educação & Sociedade, Campinas, v. 20, n. 68, dez. 1999.

LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 2013.

LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia críticosocial dos conteúdos. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

LIBÂNEO J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIZ, L. L.; QUAREZEMIN, S. Formação de professores dos anos iniciais da educação básica na modalidade EaD: ensino de língua materna e a influência das Tecnologias da Informação e Comunicação. Educar em Revista, Curitiba, v.30, n. esp. 4, p.173-190, 2014.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. O pensamento curricular no Brasil. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. (org.). Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2010.

LOPES, A. C.; MATHEUS, D. S. Sentidos de qualidade na política de currículo (2003- 2012). Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 337-357, abr./jun. 2014.

LOTERO-ECHEVERRI, G.; ROMERO-RODRIGUEZ, L.; PÉREZ RODRÍGUEZ, A. Tendencias de las publicaciones especializadas en el campo de la educomunicación y alfabetización mediática en Latinoamérica. Interface, Botucatu, v. 23, 2019.

LUCKESI, C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1995.

LUCKESI, C. Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2012.

MACEDO, E. F.; MOREIRA, A. F. B. Faz sentido ainda o conceito de transferência educacional? In: MOREIRA, A. F. B. (ed.). Currículo: políticas e práticas. Campinas: Papirus, 2000. p. 11-28.

MOREIRA, A. F. B. O campo do currículo no Brasil: origens e desenvolvimento inicial. Currículos e programas no Brasil. Campinas: Papirus, 1990.

MACHADO, L. R.; BEHAR, P. A. Educação a distância e cyber seniors: um foco nas estratégias pedagógicas. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 129-148, mar., 2015.

MIZUKAMI, M. da G. Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

NOBLIT, G. Poder e desvelo na sala de aula. Revista da Faculdade de Educação, São Paulo, v. 21, n. 2, p.121-137, jul./dez.,1995.

OLIVEIRA, E. S. G; NOGUEIRA, M. L. N. Educação a distância e a formação continuada de professores: novas perspectivas. Colabor@ Revista Digital. v. 3, n. 10, nov., 2005.

PENNA, M. G. O. Exercício docente na escola: relações sociais, hierarquias e espaço escolar. Educação & Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 557-69, 2008.

PIMENTA, S. G. et al. A construção da didática no GT Didática: análise de seus referenciais. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 18, n. 52, p. 143-62, mar., 2013.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. São Paulo, Cortez: 2004.

PORTO, A. S.; NEVES, M. F.; MACHADO, M. J. Educação a distância na formação de professores: ranços e avanços. Disponível em: http://www.abed.org.br/congresso2012/anais/283f.pdf. Acesso em: abril 2020.

PRETTO, N. L.; PASSOS, M. S. C. Formação ou capacitação em TIC? reflexões sobre as diretrizes da UNESCO. Revista Docência e Cibercultura, Rio de Janeiro, v. 1, p. 9- 32, 2017.

RIBEIRO, R. J. Educação e razão histórica. São Paulo: Cortez, 1994.

RODRIGUES, N. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. Educação & Sociedade, Campinas, v. 22, n. 76, p. 232- 57, out., 2011.

SILVA JUNIOR, J. R. Reformas do Estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores a distância: implicações políticas e teóricas. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 24, p. 78-94, 2003.

SILVA, A. M. M. et al. Didática, currículo e saberes escolares. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SILVA, T. T. Descolonizar o currículo: estratégias para uma pedagogia crítica. Dois ou três comentários sobre o texto de Michel Apple. In: COSTA, M. V. (org.). Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, R. R. Disciplina escolar e gestão de sala de aula no Campo Educacional Brasileiro. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p.533-54, 2016.

SIQUEIRA, A. B. Materiais didáticos de mídia-educação. Educação & Sociedade, Campinas, v. 38, n. 138, p. 209-227, jan., 2017.

TADEU, T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TARDIF, M.; LESSARD, C. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

VASCONCELLOS, C. S. Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2000.

VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. Escola: espaço do projeto políticopedagógico. 2. ed. Campinas: Papirus, 2000.

VILLAS-BOAS, B. M. F. O Projeto político-pedagógico e a avaliação. In: Veiga, I. P.; RESENDE, L.G. (org.). Escola: espaço do projeto políticopedagógico. Campinas: Papirus, 1998. p. 179-200

YOUNG, M. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. Caderno de Pesquisa, São Paulo, v. 44, n. 151, p. 190-202, 2014.

ZABALA, A.; ROSA FILHO, E. F. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

ZAINKO, M. A. S. O Planejamento como instrumento de gestão educacional: uma análise histórico-filosófica. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 125-140, fev./jun., 2000.

ZANCHETTA JUNIOR, J. O difícil diálogo entre escola e mídia. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1055-1071, dez., 2017.

Publicado no DOE de 18/11/2026, Caderno Executivo III.